

O Regime Especial do ISS

SOCIEDADE DE PROFISSIONAIS

2020

Marcus Rogério Oliveira dos Santos

O REGIME ESPECIAL DO ISS

SOCIEDADE DE PROFISSIONAIS

© Almedina, 2020

AUTOR: Marcus Rogério Oliveira dos Santos

DIAGRAMAÇÃO: Almedina

DESIGN DE CAPA: FBA

ISBN: 9788584935628

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

1169279

Santos, Marcus Rogério Oliveira dos
O regime especial do ISS : sociedade de
profissionais /
Marcus Rogério Oliveira dos
Santos. -- São Paulo : Almedina, 2020.

Bibliografia.
ISBN 978-85-8493-562-8

Índice:
1. Imposto sobre serviços - Brasil 2. Imposto
sobre Serviços - Leis e legislação - Brasil 3. Regime
especial I. Título.

19-31033

CDU-34:336.241(81)

Índices para catálogo sistemático:

1. ISS : Imposto sobre Serviços : Brasil : Direito
tributário 34:336.241(81)

Cibele Maria Dias - Bibliotecária - CRB-8/9427

Este livro segue as regras do novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa (1990).

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte deste livro, protegido por copyright, pode ser reproduzida, armazenada ou transmitida de alguma forma ou por algum meio, seja eletrônico ou mecânico, inclusive fotocópia, gravação ou qualquer sistema de armazenagem de informações, sem a permissão expressa e por escrito da editora.

Fevereiro, 2020

EDITORA: Almedina Brasil

Rua José Maria Lisboa, 860, Conj.131 e 132, Jardim Paulista | 01423-001 São Paulo | Brasil

editora@almedina.com.br

www.almedina.com.br

SUMÁRIO

Capítulo 1 – O Regime Especial do ISS (Sociedade de Profissionais) no Decreto-Lei nº 406/1968	19
1. Introdução	19
2. Os Requisitos do Regime Especial do ISS no Decreto-Lei nº 406/1968	20
2.1 A Lista de Serviços Passíveis de Enquadramento no Regime Especial do ISS no Decreto-Lei nº 406/1968 e nas Leis Posteriores	36
3. A Recepção do Regime Especial do ISS pela Constituição de 1988	43
4. O Regime Especial do ISS foi Revogado pela Lei Complementar nº 116/2003?.	45
5. Análise da Revogação do Regime Especial do ISS pela Lei Complementar nº 157/2016.	48
6. Critérios da Regra-matriz de Incidência do Regime Especial do ISS Dispostos no Decreto-Lei nº 406/1968 e na Lei Complementar nº 116/2003	53
Capítulo 2 – A Sociedade de Responsabilidade Limitada e o Regime Especial do ISS.	59
1. Introdução	59
2. Classificação Legal das Sociedades: Empresárias e Simples	60
2.1 Sociedades Empresárias	61
2.2 Sociedades Simples	66
2.3 Sociedades de Responsabilidade Limitada	70
2.4 Conclusões dos Conceitos Tratados	72

3. O Posicionamento da Primeira Seção do Superior Tribunal de Justiça (STJ) quanto ao Regime Especial do ISS	75
3.1 Análise dos Julgados do Superior Tribunal de Justiça (STJ)	77
3.2 Conclusões deste Item 3.	85
4. O Posicionamento do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (TJSP) quanto ao Regime Especial do ISS.	86
4.1 Análise dos Julgados do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (TJSP).	87
4.1.1 Análise das Razões que Determinaram a Procedência das Ações para os Municípios	87
4.1.1.1 Limitação da Responsabilidade do Sócio e a Divisão do Capital em Quotas.	89
4.1.1.2 Previsão Contratual de Elaboração de Balanços, Distribuição de Lucros e Retirada por Meio do Pro Labore	93
4.1.1.3 Previsão Contratual da Gerência da Sociedade por Apenas um Sócio, Assunção da Condição de Sócio pelos Herdeiros no Caso de Falecimento dele e Direito de Preferência no Caso de Cessão de Quotas.	96
4.1.1.4 Existência de Elevado Número de Sócios e Previsão Contratual de Abertura de Filial	98
4.1.2 Análise das Razões que Determinaram a Procedência das Ações para os Contribuintes.	99
4.2 Conclusões do Item 4.	101
 Capítulo 3 – Análise da Unicidade de Habilitação dos Sócios Para o Enquadramento do Regime Especial do ISS	 107
1. Introdução	107
2. Análise da Relação Entre a Formação Acadêmica, a Habilitação dos Sócios e o Enquadramento no Regime Especial do ISS.	108
3. Sociedade Formada por Profissionais com Formações Distintas, mas com Atividades em Comum: Engenheiro Civil e Arquiteto – Objeto Social Singular	112
4. Sociedade Formada por Sócios em que a Habilitação de Alguns Sócios está Contida na Habilitação de Outros: Contador e Técnico em Contabilidade – Objeto Social Singular	121
5. Sociedade Formada por Engenheiros com Habilitações Distintas – Engenheiro Civil e Engenheiro Eletrotécnico – Objeto Social Composto.	131

6. Sociedade prestadora de serviços de consultoria em direito estrangeiro e a sociedade de advogados.	137
7. Análises da Possibilidade de Enquadramento de Especializações Distintas de uma Mesma Profissão	143
8. Conclusões deste Capítulo	146
 Capítulo 4 – Aspectos Complementares Relativos às Sociedades de Profissionais	 151
1. Introdução	151
2. As Presunções no Regime Especial do ISS	152
3. O Tipo de Lançamento Realizado no Regime Especial do ISS	156
4. Os Tipos de Desenquadramento no Regime Especial do ISS Realizados pela Administração Tributária	159
4.1 Desenquadramento com Base nos Atributos do Contribuinte	160
4.2 Desenquadramento com Base em Ato Normativo Superveniente ou Alteração Critério Jurídico	161
4.2.1 A Possibilidade de um Ato Infralegal Dispor sobre Requisitos de Enquadramento	164
5. Aplicação do REsp nº 973.733 e da Súmula nº 555 do STJ no Regime Especial do ISS	165
5.1 A Decadência	166
5.2 O Entendimento Exarado do REsp 973.733/SC e Súmula nº 555 do STJ	169
5.3 O Contencioso Administrativo – A Aplicação do Entendimento do REsp 973.733 no Desenquadramento das Sociedades do Regime Especial do ISS na Determinação do Termo Inicial do Prazo Decadencial.	173
5.3.1 Análise dos Acórdãos do Conselho Municipal de Tributos (CMT) Relativas ao Desenquadramento de Sociedades – Determinação do dies a quo do Prazo Decadencial.	174
6. Análises e Reflexões	179
7. A Questão Relativa à Alteração da Lista Anexa do Decreto-Lei nº 406/1968 com a Edição da Lei Complementar nº 116/2003	187
7.1 A Engenharia Civil, o Acompanhamento, a Fiscalização de Obras, Outras Atividades do Engenheiro Civil Previstas na Lista Anexa da Lei Complementar nº 116/2003 e o Enquadramento no Regime Especial do ISS	187
7.2 Os Serviços de Contabilidade e de Auditoria	192

8. A Terceirização e o Regime Especial do ISS	193
9. Aplicação do Princípio da Capacidade Contributiva no Regime Especial do ISS	199
 Capítulo 5 – O Regime Especial do ISS no Município de São Paulo.	 203
1. Introdução	203
2. A Legislação Tributária do Município de São Paulo.	204
2.1 As Leis Municipais que Disciplinam o Regime Especial do ISS.	205
2.2 Os Atos Normativos Infralegais que Disciplinam o Regime Especial no Município de São Paulo	222
2.2.1 O Regulamento do ISS – Decreto nº 53.151/2012	222
2.2.2 Declaração Eletrônica das Sociedades Uniprofissionais – D-SUP.	227
2.3 As Súmulas Vinculantes Administrativas	233
2.4 O Parecer Normativo SF nº 3, de 28 de outubro de 2016.	238
2.5 Decisões do Conselho Municipal de Tributos	250
2.6 Soluções de Consulta	263
2.7 O Parcelamento da Sociedade de Profissionais – PRD	283
2.8 O Regime Especial do ISS para os Profissionais Autônomos.	292
 Referências	 297